

António Reis: «diestro»

da cultura de morte

por Natália Correia



Eis-nos em novo ano e para encerrar o que passou mantive-me fiel à velha tradição portuguesa: atirar janela fora a tralha de inutilidades que atravanca o espaço em que nos movemos. Neste caso o espaço mental, porque cá no país é esse que mais abarrota de pechisbeques purpurinados de vácuas importâncias.

Entendi assim atirar para o montão dos objectos imprestáveis uma provocação que me atingiu vinda de alguém que encontra impunidade para as suas calúnias e outros gravosos cometimentos num meio em que a indiferença é inequívoco sinal de uma sociedade necrosada.

Reito, m. a. m. António Reis. E dele me esquecerá se não fora António Maria Pereira a alertar-me, na resposta em que deixou Reis estendido em funérea tábua, para um facto de incomensurável gravidade que adiante abordo.

Antes de entrar na sombria matéria, fixo esta passagem do triste pio que Reis apresentou como fugidia resposta ao meu artigo: não passou este de um «ignóbil amontoado de insultos e processos de intenção».

Chegamos a isto: Reis pode em plena Assembleia da República dedicar-se a ignominiosos processos de intenção que me assacam a autoria «tacanhamente provinciana» de actos públicos a que sou totalmente alheia e eu devo ficar calada ou, quando muito, dizer tatebitamente que não, que Reis se enganou, coitadinho. E o cúmulo do despotismo da liberdade de insultar.

Mas, vejamos: o que é que há de ignóbil em colocar no seu nível de baixezas as atitudes, para mais públicas, que nele despidoradamente se instalam? Não será antes

ignóbil ocultá-las ao cidadão que paga umas dezenas de contos mensais a Reis para ser dignamente representante na AR e não para se deputar na prática da insidiosa? Tão-pouco e muito menos para que lhe sabotem a cultura interditando a expansão da língua.

E bom que Reis e todos os reinóis desta terra fiquem de uma vez para sempre sabendo que há ainda quem seja capaz de utilizar a língua para a defender dos seus inimigos. E se tal houver de passar por virulência verbal, recomenda-se a Reis um mínimo conhecimento da grande linha de força da literatura portuguesa que, desde a dialéctica medieval dos câncioneiros até ao vanguardismo do «manifesto anti-Dantas» foi uma bordoadia verbal nos Reis de antanho e de depois. Isto com a vénia devida ao Dr. Júlio Dantas cujo português, ainda que arrebitado, era indiscutivelmente impeccável. Não pecaminoso como o de Reis.

E certo que desfalece hoje a língua emasculada por carência de fogo de alma e de espírito. Mas eu sou daquelas ilhas atlânticas em que Portugal, não o dos Reis, mas o dos Anteros, o dos Camilos e o dos Pessoas prevalece intacto, linguisticamente viril e vivaz no pão, pão, queijo, queijo que prontamente desembainha contra os sepulcros caiados. Tanto nos é demonstrado na pujança do escritor ilheu que com maior fecundidade e brilho usou a língua portuguesa no Século XX: Victorino Nemésio. E já agora é oportuno dizer-se que os Reis e quejanda maralha não são de todo alheios ao enfado que nas ilhas acóricas se avoluma contra a sub-herbérica mental e moral que arma tenda nesta matriz da sua velha e venerada cultura. Não

sou portanto mansa e muito menos se vejo a cultura e a honra que lhe é inerente abocalhadas por dentuças apostadas em devorar o que nos superioriza para instituir o que nos inferioriza.

E chega a altura de apanhar Reis em obsoleto delito de machismo ferrabraz. Quería-me ele delicodoco e de olhos baixos perante a sua pimpona musculatura de difamador. Estranhando esta arcaica misoginia em tao cumpridor seminarista das igualdades socialistas, perguntei-me se Reis não seria, nos refegos da peitacá marxo-lassaliana, um arroganhado marialva. Com espanto venho a saber que sim, que Reis migueliza a esclerótica revirando-a em sonhos de bravíssima «fiesta» quando descubro um despacho seu (19-4-978) que cria um grupo de trabalho para estudar a implantação de touros de morte.

Não se dirá de mim o que Bulhão Pato dizia de Herculano: que em questão de touros era um português degenerado porque nunca vira uma tourada. Mas vendo-as, aprecio-as na elegância e nobreza da arte equestre que acabou por se impor como tradição após sucessivas proibições da morte dos touros.

Mas que rico Secretário de Estado da Cultura este Reis cuja obra magna na SEC se resumiu em reprimir a expansão da língua e incentivar a sangueira na arena onde a civilidade portuguesa instituiu a arte de tourear sem o bárbaro exibicionismo da imolação do touro.

Pronto, está tudo explicado. Este diestro de um socialismo amiguelado tem por ignóbil que uma mulher ouse erguer a voz, onde canta o galo. Pela mesma ordem de conservadorismo tacanho, isso de gastar 300 mil €... para a



promover a língua portuguesa a língua oficial de organismos internacionais, é dispêndio anômalo do obscurantismo que analfabetizava as marialvadas. Com efeito, só uma arrogância de cepa vinho, mulheres e touros nos pode vir dizer que 300 mil contos é investimento incomportável na difusão da língua, é política de ostentação quando centenas de milhares de contos já saíram da tesouraria da SEC para subsidiar as bobagens filmadas da traulitada gonalvista. Quando o governo socialista de que Reis era delfim se propunha adquirir por uma verba astronómica o palácio Vallflor para nele apalacar o estadão.

Mas, pasmemos. Na sua notável e sistemática desmontagem das inverdades com que Reis se defende, sem desmentir, das instruções que deu a António Maria Pereira para não promover a língua portuguesa na UNESCO, é-nos dado a conhecer o incrível. O argumento dos 300 mil contos é afinal de contas descaradamente falso. Com um perfeito domínio de um assunto em que Reis é marialvadamente ignaro, António Maria Pereira demonstra-nos que a adopção do português pela UNESCO podia ter sido conseguida sem qualquer custo para

Portugal ou, na pior das hipóteses, com um pequeno aumento da nossa contribuição anual para a Organização. Quer dizer: Reis, não com planta toureira mas com desplante de espontâneo, arremessa-se à lide do que imperdoavelmente ignora e não pode ignorar desde que o ridículo nacional lhe consentiu ser Secretário de Estado da Cultura.

Infelizmente não ficam por aqui as assustadoras revelações que colho da resposta de António Maria Pereira ao desalmado Reis.

Mal podia eu imaginar que, em aludir ao condenável bloqueamento da língua portuguesa por Reis, levantava a ponta de um manto que encobre uma tenebrosa conjura contra o nosso sagrado património linguístico. Do artigo de António Maria Pereira transcrevo a passagem que nos expõe a existência dessa cabala: «Aconteceu, porém, que a nossa embaixada junto da UNESCO recusou-se a empreender os esforços necessários à adopção do português. E, em vez de acatar as instruções do ministro (dos Negócios Estrangeiros) preferiu utilizar circuitos paralelos para neu-

tralizar os esforços em curso pela promoção do português (!). A atitude de António Reis contra a qual Natalia Correia se insurge insere-se nesta jogada».

Fica-se, assim a saber que Reis é mero peão de brega de um mafioso complot contra a projecção da língua que nos alimenta a nacionalidade.

Aqui, para o baile do nefando toureiro. Porque se Reis é o rabo de fora de um clube de embuçados saltadores do brio nacional que se expoentiza na língua, ha que puxá-lo até que o focinho da hiena apareça.

Reis tem que nos dizer quais são os tais malévolos circuitos paralelos que impudentemente serviu. Tem que confessá-lo publicamente, golpeando com convincentes remorsos o peito de mau português.

Se o não fizer — e a República e a Pátria exigem que o faça — aberrante será aceitá-lo como representante de um povo cuja língua vendeu. E não seremos nós a recear pelo futuro de tal Judas, caso perca o emprego no parlamento. Trinta ignóbeis dinheiros recheiam-lhe a bolsa.

Fundação Cuidar o Futuro



Jornal Novo
4. Jan. 79